

# PMDB tenta união para depois apoiar governo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

PMDB e governo são parceiros da construção democrática e deverão atuar na base das mútuas confiança. O autor da frase é o líder peemedebista na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), que previu ontem nova fase no relacionamento entre os dois, abrangendo todas as correntes. Luiz Henrique vai agora procurar o líder na Constituinte, Mário Covas, para ampliar o entendimento.

deputado diz que o PMDB basta, e revela que até Ulysses é contrário ao bloco extrapartido. Não só a criação do grupo mas também a ampliação da Aliança Democrática são desnecessárias.

Na opinião do líder peemedebista na Câmara, é importante que o governo se entenda com o PMDB como um todo, para os problemas desaparecerem. "Ulysses, eu, Fernando Henrique Cardoso (líder no Senado) e Mário Covas vamos trabalhar para isso", afirmou o deputado, acrescentando que conjuntamente podem "costurar o apoio partidário".

Luiz Henrique diz ter havido uma sucessão de equívocos e erros de avaliação entre o PMDB e o governo, que tendem agora a acabar, até pelo resultado da convenção nacional, que deixou para a Constituinte a decisão da duração do mandato do presidente Sarney. Finalmente, enfatizou que o PMDB tem de ser "unitário" para concluir a transição, elaborar a Constituição e promover a democracia.

O líder Mário Covas reafirmou que sua posição sobre a união do PMDB se confunde com sua história política pessoal, marcada pelo "trabalho de União", salientando que nunca negou o compromisso do partido com a democracia, a transição e o governo.

Ao afirmar sua disposição de trabalhar pela união peemedebista, Covas destacou que isso não se confunde com sua posição em favor dos quatro anos de mandato. Ele disse ainda que é contrário à formação de blocos porque violentam os partidos, mas considerou normal que Sarney busque ampliar sua base de sustentação política.

Já o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, informou que no estreitamento das relações políticas entre Sarney e Ulysses exercerá o papel de "partícipe e colaborador". Em sua opinião não há problema na ampliação da Aliança Democrática, o que é desejável para garantir maior estabilidade ao governo.

## Maciel toma iniciativa de procurar consenso

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Discussão dos pontos polêmicos, busca de consenso e elaboração de substitutivo "que expresse esse sentimento", na Comissão de Sistematização da Constituinte: estes foram os principais assuntos da conversa de ontem à noite do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com o presidente do PFL, Marco Maciel.

O encontro, o primeiro depois da convenção do PMDB, ocorreu no gabinete de Maciel. Ao final, Ulysses, alegando pressa — tinha encontro com o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos —, pediu que Maciel falasse por ambos com a imprensa. O senador admitiu que foram discutidos também problemas de relacionamento dos dois partidos.

"Como dirigentes dos partidos que integram a Aliança Democrática e dão apoio político-partidário ao governo, precisamos estar sempre em articulação, discutindo questões que nos digam respeito e que digam respeito ao partido. Os encontros são sempre proveitosos e necessários.

Devemo-nos entender, porque somos coligados." Segundo o presidente do PFL, o tema principal foi a articulação com o relator Bernardo Cabral, sobre como conduzir o processo quando o projeto retornar à Comissão de Sistematização. "Vamos discutir os pontos polêmicos, buscar o consenso e chegar a um substitutivo que expresse esse sentimento".

Ulysses chegou ao gabinete de Maciel, no 28º andar, do Senado, às 19h20, sozinho, e retirou-se às 19h55. É possível que, durante a reunião, ambos tenham discutido problemas de relacionamento entre os dois partidos, principalmente a disputa de cargos, iniciada, publicamente, pelo líder liberal, José Lourenço.

MAIS PRAZO

Ainda ontem, depois de ter se reunido também com Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, Ulysses anunciou que está disposto a ampliar o prazo para a apresentação de emendas à Comissão de Sistematização, desde que esse prolongamento não signifique mudança na tramitação global do projeto constitucional.

## A CNBB faz hoje entrega de 4 emendas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, entrega hoje, às 15 horas, ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, quatro propostas de emendas populares ao projeto da futura Constituição, referentes a educação, liberdade religiosa, direitos da família e ordem econômica. As emendas apoiadas pela CNBB levam 1.585.719 assinaturas, que foram recolhidas em todo País por várias instituições e a ela vinculada.

A entrega dessas propostas, no entender de dom Luciano Mendes, significa uma grande oportunidade de a Constituinte se abrir à vontade do povo. Já o secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, afirmou que a rejeição das emendas poderá significar que "esta Constituição terá uma vida muito curta". Ele disse não estar pregando nenhuma revolução social, caso as propostas não sejam acatadas, mas lembrou que "se a lei se distancia da realidade a realidade se vinga da lei".

Depois de trabalhar desde maio na coleta de assinaturas, e intensificar suas atividades em junho, a CNBB ainda tem outra emenda a apresentar à Constituinte: a do menor. Mas ela somente ocorrerá depois, já que o número de assinaturas conseguidas ainda é considerado pequeno, segundo explicou dom Luciano.

AS EMENDAS

Com mais de 420 mil assinaturas, a emenda sobre a família defende a preservação da vida, "desde sua concepção em todas as fases da sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura". A família é considerada ainda como "constituída pelo matrimônio indissolúvel", com direito a garantias do Estado, especialmente as crianças, "que gozarão de proteção especial".

A emenda sobre liberdade religiosa, que conta com cerca de 203 mil assinaturas, propõe que a nova Constituição seja promulgada "sob a invocação do nome de Deus, pede garantia à livre manifestação religiosa e prevê que o Estado "manterá assistência religiosa às Forças Armadas e nos estabelecimentos de internação coletiva".

Na proposta de educação, a Igreja defende apoio financeiro do Estado a escolas particulares, desde que sejam "entidades educacionais de natureza não-lucrativa". Ao justificar a proposta, dom Luciano Mendes afirmou: "Queremos o direito de poder educar crianças das classes menos favorecidas". Na emenda da ordem econômica, propõe que esta ordem "deve fundamentar-se no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital" e quer que a legislação assegure "prioridade de remuneração do trabalho sobre a remuneração do capital".

nem a indenização pleiteada. Mas eu não tenho dúvida, também, de que um tema polêmico como esse dificilmente poderá ser resolvido mediante acordo e, por isso, a exemplo de tantos outros, será decidido pelo voto, em plenário." A disposição anunciada pelo relator Bernardo Cabral, de não acolher a anistia, fará com que

## Escola militar vai ouvir constituintes

Sistema de governo, papel institucional das Forças Armadas e anistia aos militares cassados: esses os principais itens do debate político sobre a Assembleia Nacional Constituinte que será promovido amanhã, em horário integral, na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro. Foram convidados a participar o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e José Richa (PMDB-PR), além dos deputados Expedito Machado (PMDB-CE), Prisco Vianna (PMDB-BA) e Ricardo Fiúza (PFL-PE).

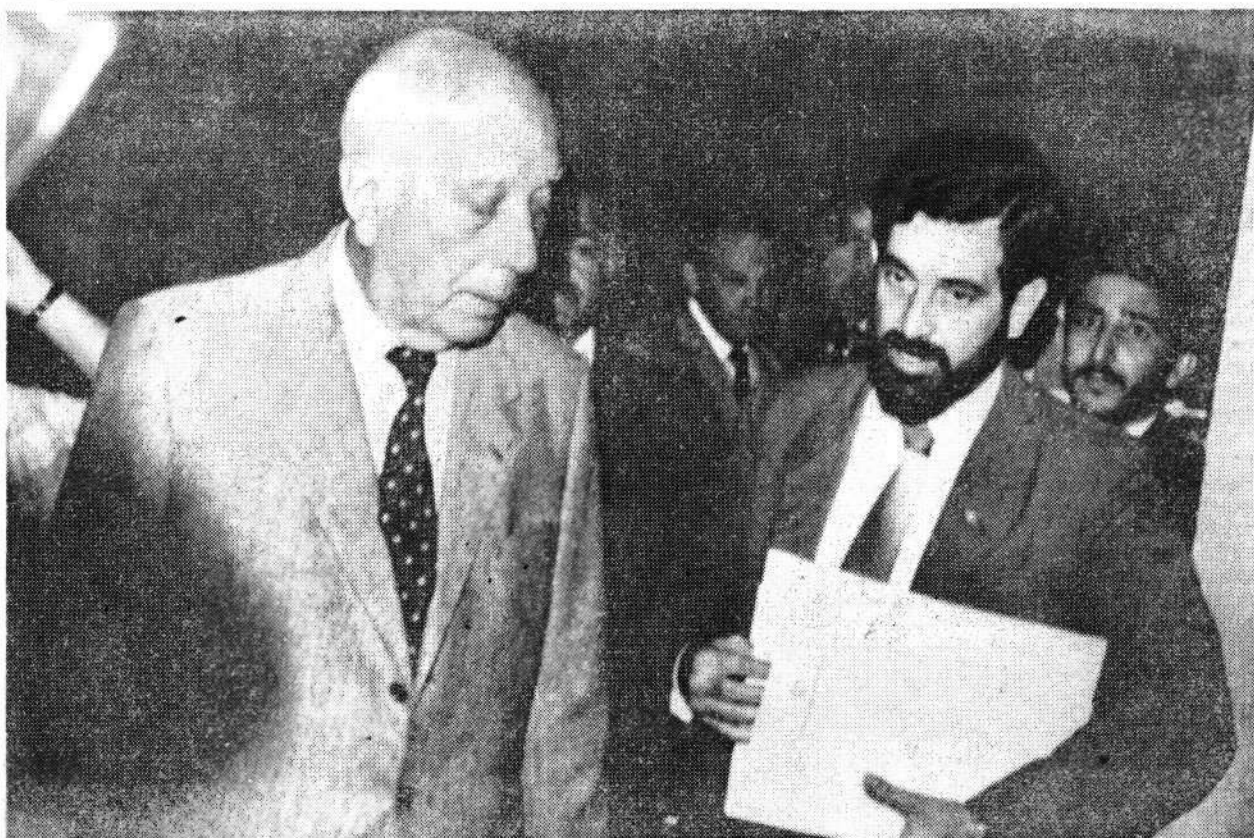
A parte da manhã ficará destinada às palestras dos seis constituintes, com tempos individuais de 25 minutos. A parte da tarde será dedicada aos debates livres, nos quais poderão ser incluídos até os temas que não estejam ligados à Marinha, como Ministério da Defesa e pagamento de royalties sobre pesquisa de petróleo na Plataforma Continental.

sejam necessários pelo menos 280 votos para que esse preceito possa constar da nova Constituição.

Cabral previu que, além da anistia aos militares, o sistema de governo, a duração do mandato presidencial, a reforma agrária e o conceito de empresa nacional constituem pontos de difícil entendimento, apesar dos esforços dos constituintes de todos os partidos. Essas questões devem ser decididas pelo plenário, na última fase de elaboração da Constituição.

Em São José dos Campos, o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se ontem contrário à anistia aos militares punidos pela Revolução de 64, "nos moldes da que foi aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte", e enfatizou não acreditar na "volta dos quartéis", como foi proposto. São da mesma opinião os governadores Pedro Simon (RS) e Pedro Ivo Campos (SC).

Lembrando sua condição de tenente-coronel da Infantaria reformado, Pedro Ivo Campos lembrou em Porto Alegre que, ao longo de 20 anos, "houve nas Forças Armadas muitas alterações de conduta, de comportamento e, principalmente, profissionais. Dificilmente as pessoas afastadas há tanto tempo se adaptariam aos rigores da vida na caserna". Simon, por sua vez, entende que a maioria dos afastados não gostaria de voltar aos quartéis, "pois são pessoas que já estão estabelecidas em outras posições".



Ulysses não gostou nada da proposta de Faria de Sá, considerando-a iniciativa isolada

# Projeto de 4 anos para Sarney irrita Ulysses

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Com as 188 assinaturas necessárias, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) apresentou ontem à Mesa da Constituinte o projeto de decisão que prevê eleições presidenciais diretas em 15 de novembro de 1988. O presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, limitou-se a informar que vai "examinar a proposta à luz do regimento interno, para dar o andamento recomendado". Depois, explicou que não é contra o debate sobre o mandato do presidente da República, lembrando que o assunto é tratado diariamente pelos constituintes: "Mas acho que isso deveria ser resolvido no bojo da futura Constituição". Já o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, adiantou que dará parecer favorável a que o projeto tenha tramitação e seja votado. Mas frisou que pessoalmente é contra a realização de eleições presidenciais no próximo ano.

Arnaldo Faria de Sá entregou o projeto de decisão ao segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), porque Ulysses Guimarães se recusou a recebê-lo da maneira informal como pretendia o autor: na entrada do plenário, cercado de dezenas de repórteres, fotógrafos, alguns parlamentares e muitos curiosos. Irritado, Arnaldo Faria lembrou que, na véspera, marcara uma audiência (para as 15 horas de ontem) com o assessor de Ulysses, Osvaldo Manicardi. E acrescentou que queria entregar o documento ao presidente da Constituinte "por deferência especial e em reconhecimento ao seu passado de sr. das diretas".

A iniciativa de Arnaldo Faria causou um certo constrangimento em Ulysses, que chegou à Câmara por volta das 15 horas. Percebendo, de longe, a aglomeração em torno do deputado petebista, perguntou do que se tratava. Alguém lhe respondeu que era o autor da proposta das diretas. Visivelmente confuso, Ulysses tentou ir para seu gabinete, mas depois voltou em busca do plenário. Atrás dele iam os repórteres e os fotógrafos, junto com Arnaldo Faria, que tentava, inutilmente, entregar o projeto ao presidente da Constituinte.

Chateado, Faria convidou a todos para acompanhá-lo até o gabinete de Bernardo Cabral, onde a caravana teve outro contratempo: o relator da Sistematização estava reuni-

do com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. E, na interpretação de Faria, os dois estavam "articulando, desde já, contra as diretas em 88".

Finalmente recebido por Cabral, o deputado petebista ouviu do relator que o projeto se enquadrava perfeitamente dentro das exigências regimentais e por isso receberia seu parecer favorável na fase preliminar. Mas Bernardo Cabral deixou claro que é contra a iniciativa, ficando assim por conta do plenário a decisão final.

O projeto apresentado ontem tem agenda, como primeira tramitação, o parecer do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que, se entender que tudo está enquadrado nas disposições regimentais, vai encaminhá-lo à presidência da Comissão de Sistematização. O relator Bernardo Cabral terá cinco dias para apresentar seu parecer técnico, que vai ao plenário da comissão. Aprovado, o projeto volta para Ulysses que, então, marca a data para votação em plenário. A proposta foi inscrita por 92 parlamentares do PMDB, apenas oito do PFL, 26 do PDT, 15 do PT, 14 do PTB, 17 do PDS, cinco do PC do B, quatro do PL, três do PCB, dois do PSB e dois do PDC.

## Mesa pedirá crédito especial à Fazenda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A abertura de um crédito especial para cobrir os gastos com a Constituinte será solicitada ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, segundo informou ontem o presidente do Senado, Humberto Lucena, depois de audiência com o deputado Ulysses Guimarães. O montante, segundo ele, está sendo levantado pelas diretorias-gerais da Câmara e do Senado, para aprovação de um projeto de resolução, a ser votado pela Mesa Diretora da Constituinte.

Atualmente, as despesas com o serviço e pessoal da Constituinte estão sendo custeadas com recursos

dos orçamentos da Câmara e do Senado, de acordo com normas aprovadas no regimento interno. Os altos custos dos serviços do Prodasen — Centro de Processamento de Dados do Senado — e da gráfica, segundo Humberto Lucena, esgotaram os dois orçamentos.

Para resolver o problema, em vez de solicitar ao governo a abertura de crédito suplementar para a Câmara e o Senado, o deputado Ulysses Guimarães vai pedir um crédito especial para a Constituinte. O levantamento do custo total para cobrir o restante dos trabalhos já está sendo feito pelas diretorias-gerais das duas casas e deverá ser levado à Mesa da Constituinte na próxima semana.

## Lavor propõe federalismo mais realista

Um novo conceito de federalismo foi proposto à Assembleia Nacional Constituinte pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), a partir do entendimento de que o princípio federativo no Brasil sempre esteve "muito próximo do mito e muito distante da realidade, o que não aproveita nem aos estados, nem às regiões muito menos ao país".

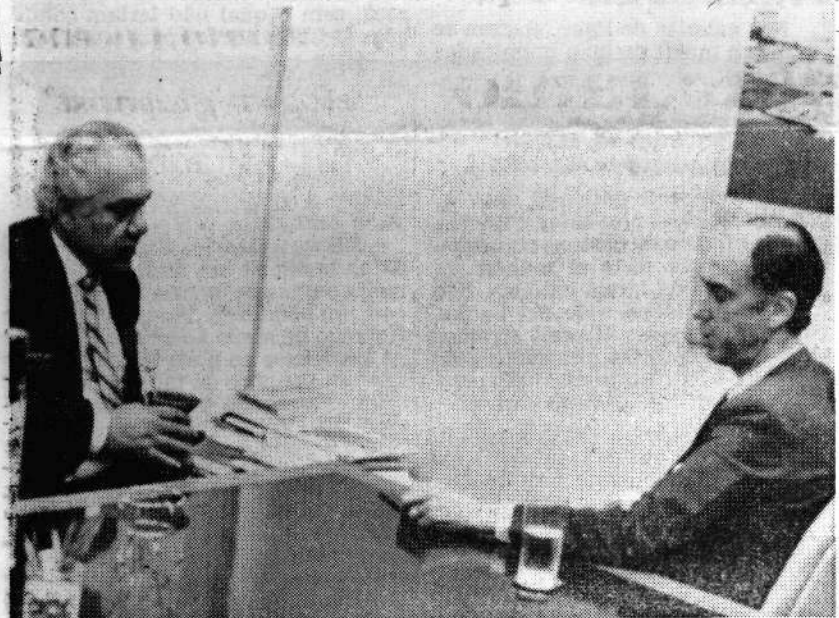
A falta de tradição de autonomia dos estados, sua inviabilidade financeira, administrativa e mesmo política foram destacadas pelo senador, para quem "os estados podem ser criações artificiais, mas as regiões não". Segundo Mansueto de Lavor, "fora do parlamento, os movimentos embrionários do poder regional remontam à concepção da Sudene, da Sudam, da Sudeco e da Sudeul, esvaziadas, como os próprios estados, o período autoritário, mas hoje revigoradas ao lado de outros organismos regionais que se consolidam cada vez mais através da atuação dos blocos regionais de governadores e das bancadas regionais no Congresso".

O senador pernambucano observou que as regiões federativas teriam condições de corrigir os desníveis regionais que atentam contra a Federação e a sobrevivência dos estados que a integram. E advertiu que "as grandes decisões em defesa da economia nacional geram resultados danosos para a maioria das regiões".

Mansueto de Lavor explicou que o novo conceito federalista não põe em risco a existência da Federação; pelo contrário, suprime os artificialismos, ajusta-a à realidade do País.

## A terceira idade recolhe assinaturas

Direito à habitação, lazer e saúde, garantias para uma aposentadoria mais digna e a criação de um fundo de assistência aos idosos desamparados. Estas são as reivindicações que o Fórum Nacional da Terceira Idade quer apresentar formalmente à Constituinte. Para isso, promoverá hoje um movimento de coleta de assinaturas a uma emenda popular — são necessárias, no mínimo, 30 mil. Representantes da entidade estarão em barracas que serão montadas em vários pontos da cidade, entre eles a praça Ramos de Azevedo, estação São Bento do Metrô e estação Tatuapé, além da avenida General Olímpio da Silveira, 306, futura sede do Fórum Nacional da Terceira Idade. Os interessados em participar da proposta devem levar seus títulos de eleitor.



Richa e Maciel procuram meios para resolver a crise

## Com Richa, pelo pacto

"Defendo um ajuste dos partidos para resolver questões polêmicas na Assembleia Nacional Constituinte e descobrir instrumentos capazes de enfrentar e vencer a crise econômico-financeira, tudo no interesse do êxito da transição", afirmou o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, depois de procurar o senador José Richa (PMDB-PR) para tratar do pacto partidário. "Sempre vi nele um partidário dessas ideias. Por isso, achei de bom alvitre procurá-lo. Ele foi receptivo", disse o senador pernambucano.

Marco Maciel não acredita na organização de bloco político-parlamentar de sustentação do governo José Sarney: "Se outros partidos quiserem apoiar o governo e em condições estabelecidas pelo governo, tudo depende do presidente. Acho, porém, pouco provável a constituição de bloco interpartidário governista institucionalizado. A não ser que haja alteração do perfil da Aliança Democrática, é pouco provável que isso aconteça".

# Cabral só acolhe anistia limitada

AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), incluiu em seu substitutivo as medidas necessárias à reparação dos direitos de todos os militares punidos pelo AI-5 após julho de 1979, mas não anistia a todos eles.

A informação foi dada em Brasília pelo próprio Cabral e se fundamenta no livro de autoria do general Jaime Portella, ex-chefe do Gabinete Militar do presidente Costa e Silva, no qual o militar garante que certas cassações nos ministérios militares não passaram pelo Conselho de Segurança Nacional nem pelo presidente.

A interpretação de Bernardo Cabral para o episódio leva a conclusão de que as medidas punitivas não teriam sido assinadas por quem teria competência para isso, o que configura falsidade ideológica. O relator estabeleceu nítida diferença entre os punidos nessas circunstâncias e aqueles que buscam a anistia sob a forma de reintegração ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica nos postos que estariam ocupando com a progressão na carreira, se não tivessem sido punidos, além da indenização correspondente.

"Tenho conversado com as partes interessadas com toda a abertura — explicou Bernardo Cabral —, mas sem me curvar a qualquer delas. Minha convicção, no entanto, é de que não teria sentido o retorno à ativa,



## Um 'fantasma' no Congresso

VITÓRIA  
AGÊNCIA ESTADO

Há um "fantasma" na Constituinte. O fato já está sendo admitido até mesmo por parlamentares do PFL, o partido do deputado Pedro Ceolin. Eleito com os votos da região de Linhares, ele não é visto há tempos em plenário. Também não há informação de qualquer sugestão ou proposta formalizada por ele à nova Carta. Na Secretaria de Apoio e Divulgação — onde estão instalados os computadores que controlam as atividades dos constituintes — uma funcionária tem sempre uma única resposta: não há nada registrado do deputado Pedro Ceolin, cujo nome também nunca ouvira, antes de ser

procurada por capixabas interessados em seu trabalho.

O senador Gerson Camata garante que Ceolin frequentou, com assiduidade, a Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. Mas este mês ele marcou presença em apenas uma sessão, o que não chegou a ser novidade. Em sua campanha não apresentou nenhuma proposta para a Constituinte. E, nos programas de rádio e televisão, preferiu gravar um único discurso, no qual dizia que acabaria com o salário mínimo por considerá-lo ridículo, deixando perplexos os ouvintes com a seguinte explicação: "O nome já está dizendo tudo, mínimo". Oficialmente, Ceolin é um dos responsáveis pela futura Constituição, e ganha para isso.